

Editorial

A centralidade da avaliação na instituição educativa, no trabalho, na sociedade, nos indicou a importância de destinarmos um número temático para tratar da questão, explorando suas diferentes, complexas e contraditórias dimensões. Palavra obrigatória em todos os espaços educacionais, parece que a avaliação veio para ficar – o que nos impõe a responsabilidade de tentar apreender a rede de interesses que a percorrem de ponta a ponta. Cabe refletirmos sobre ela, não no sentido de negarmos sua importância, mas de paralelamente interrogar o poder que se lhe confere hoje, de definir, de fora para dentro, o contorno dos projetos pedagógicos reafirmando as reformas educativas concebidas a partir de lógica economicista.

O texto de Terezinha Azerêdo Rios com leveza propõe-se a discutir a dimensão ética da avaliação, valendo-se da reflexão filosófica para politizar o uso técnico da ação avaliativa, esclarecendo os valores subjacentes às tomadas de decisão implícitas no processo de avaliação. Retoma o debate sobre o projeto pedagógico e sua íntima relação com a avaliação e destaca a possibilidade e necessidade de superação de uma prática avaliativa baseada no controle e no disciplinamento visando uma formação comprometida com a cidadania democrática.

Sandra Zákia Sousa subsidia-nos para a reflexão sobre o regime de progressão continuada, decorrente da implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental, incentivando a retomada do debate sobre as concepções e práticas da avaliação dominantes na escola de modo a que possam repercutir positivamente no processo de aquisição e produção do conhecimento dos alunos, promovendo seu desenvolvimento com vistas à inclusão social.

No artigo “Planejamento da avaliação escolar” Benigna Maria de Freitas Villas Boas, da UnB, discute o uso ampliado da avaliação articulando-o ao trabalho pedagógico comprometido com a aprendizagem de todos os alunos. Decorre daí a defesa que faz do planejamento rigoroso da avaliação a ser desenvolvido por toda equipe escolar de modo a que as conseqüências, significados e finalidades da ação avaliativa possam ser levados em conta e utilizados em favor da aprendizagem e dos alunos.

Alzira Leite Carvalhais Camargo contribui para o melhor entendimento da avaliação trazendo a voz dos alunos obtida por meio de relatos escritos de experiências escolares, que a autora reuniu ao longo de sua trajetória profissional e que analisa buscando apoio das Representações Sociais aplicadas à Educação. Justifica a opção pela dimensão sociológica e interacional do fenômeno avaliativo.

“Usos e desusos da avaliação na contemporaneidade” é assunto explorado por Mara Regina Lemes De Sordi e que pretende problematizar o conceito de qualidade de ensino que perpassa o texto das reformas educativas. A autora resgata a importância da instrumentalização ética-política dos educadores para leitura crítica e questionamento das contradições implícitas nas propostas de mudanças e que papel a avaliação pode e/ou deve ocupar nesse cenário da grande nebulosidade ideológica. Insere o debate sobre o papel da universidade na formação continuada dos educadores, de modo a que possam compreender os usos políticos da avaliação, por meio da investigação reflexiva de sua própria práxis, que pode se constituir em importante estratégia de resistência.

Newton Cesar Balzan focaliza a auto-avaliação docente como parte integrante da Avaliação Institucional e oferece subsídios para que o próprio professor universitário assuma o compromisso com seu processo de aprimoramento profissional, refletindo sobre os dados obtidos por meio da avaliação. Embasando-se em pesquisas relacionadas às qualidades desejáveis e indesejáveis no docente universitário, o autor organiza essas características oferecendo importante contribuição para eventuais interessados em ‘quantificar’ seus próprios perfis docentes para posterior e necessária reflexão.

O texto da professora Olinda Noronha recupera a necessidade da discussão rigorosa de alguns conceitos contemporâneos tomados, inadvertidamente por alguns, sem considerar sua gênese histórica. A busca de uma melhor precisão conceitual sobre globalização, qualidade total, neo-liberalismo é ressaltada para clarear as reformas do ensino superior e o papel preponderante do Banco Mundial na definição das prioridades para a reorganização do sistema educativo, para a qual concorre a valorização de processos avaliativos regidos por uma lógica que contraria os princípios de uma escola democrática. Convida-nos, a partir dessa reflexão a “reinventar a educação de acordo com os interesses da maioria da população, no interior de uma sociedade muito mais complexa e desigual do que aquela que foi produzida pelo capitalismo clássico”.

Finalizando, o artigo de Luiz Carlos de Freitas oferece subsídios que possibilitam explicitar concepções de educação importantes para combater o neo-liberalismo. Retoma o debate dos anos 80 entre “conteudistas e não-conteudistas” destacando que a questão, ao ser relegada ao esquecimento sem ter sido devidamente aprofundada, prejudicou o exame minucioso das complexas relações entre o campo do currículo e o da didática. Traz importante contribuição aos estudiosos da área, ao apresentar elementos da didática russa que possibilitam estabelecer o paralelismo da situação lá vivida na década de 30 e os impactos na organização do trabalho pedagógico. De forma provocativa insere a idéia que a discussão da avaliação precisa ser remetida ao campo do currículo e não da didática de modo a “retirar a discussão da sala de aula e colocá-la no lugar certo, no plano da organização global da ação pedagógica, dentro ou fora da escola, dentro ou fora da sala de aula”.

A resenha do livro *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social* de autoria de Hans Peter Martin e Harald Schumann realizada pelo professor Sérgio Eduardo Montes Castanho que a denominou “A globalização sem armadilhas”, trata de questão

que reclama por nossa reflexão crítica na medida em que os autores nos apresentam a “A sociedade 20 por 80” em que apenas 20% da população estarão empregados. Os restantes 80% ficarão à margem da sociedade. Com fina ironia, Sérgio Castanho vai desnudando o lugar de onde falam os autores destacando que, embora não seja obra com grande fôlego teórico, tem qualidades de sobra para ser lida. E deve ser lida o quanto antes, pois os acontecimentos nesse turbocapitalismo globalizado correm tão célere que daqui a pouco exigirão uma nova reportagem.

Parece-nos evidente a contribuição desse número temático para aquecer os debates, reflexões sobre a avaliação, de modo a fomentar uma incursão rigorosa e radical dos educadores em todos os seus meandros, sem a qual continuaremos em posição desfavorável para combater seus possíveis efeitos negativos na organização da escola, na sociedade, na construção da identidade e subjetividade dos homens. Por subestimarmos a pretensa invisibilidade de sua dimensão política e econômica, podemos deixar de lutar pela construção de uma avaliação cidadã, eticamente concebida, praticada e criticada.

Mara Regina Lemes De Sordi